

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 142 – 13/04 a 17/04/2020

Sumário

- ✘ Destaque da Semana
- ✘ Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- ✘ Notícias do Executivo
- ✘ Notícias do Ministério Público do Trabalho
- ✘ Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- ✘ eSocial
- ✘ Outras Notícias
- ✘ Atos Normativos
- ✘ Dados Estatísticos de Fiscalização

Destaque da Semana

[STF mantém possibilidade de redução de salários por acordo individual em decorrência da pandemia](#)

Supremo Tribunal Federal - 17/04/2020

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a eficácia da regra da Medida Provisória (MP) 936/2020 que autoriza a redução da jornada de trabalho e do salário ou a suspensão temporária do contrato de trabalho por meio de acordos individuais em razão da pandemia do novo coronavírus, independentemente da anuência dos sindicatos da categoria. Por maioria de votos, em julgamento realizado por videoconferência e concluído nesta sexta-feira (17), o Plenário não referendou a medida cautelar deferida pelo ministro Ricardo Lewandowski na Ação Direta de Inconstitucionalidade [\(ADI\) 6363](#), ajuizada pelo partido Rede Sustentabilidade.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SEST
Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Redução de alíquotas de contribuições ao Sistema S é objeto de nova ação no STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 15/04/2020

O partido Solidariedade questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) a Medida Provisória (MP) 932/2020, que reduz por cerca de três meses as alíquotas de contribuição aos serviços sociais autônomos (Sistema S) e eleva para 7% do valor arrecadado o repasse à Receita Federal, como retribuição pelos serviços de recolhimento. A Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6378](#)) foi distribuída por prevenção ao ministro Ricardo Lewandowski, relator de outra ação sobre o mesmo tema. Ele aplicou ao caso o rito abreviado previsto no artigo 12 da Lei das ADIs (9.868/99), que permite o julgamento diretamente no mérito, dispensando-se a análise de liminar.

[PSB pede liberação imediata do FGTS para hipossuficientes, idosos, gestantes e doentes crônicos](#)

Supremo Tribunal Federal - 14/04/2020

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade ([ADI 6379](#)), em que pede que, em razão da pandemia do coronavírus, seja determinada a liberação imediata e prioritária de até R\$ 6.220 do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para pessoas que recebam até dois salários mínimos e para maiores de 60 anos, gestantes e portadores de doenças crônicas. A ADI foi distribuída por prevenção ao ministro Gilmar Mendes, relator da ADI 6371, sobre o mesmo tema.

[STF recebe novas ações que questionam MP sobre medidas trabalhistas durante a pandemia](#)

Supremo Tribunal Federal - 13/04/2020

Chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) mais três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que questionam a validade da Medida Provisória (MP) 927/2020, que flexibiliza a legislação trabalhista durante o estado de calamidade pública decorrente da pandemia do novo coronavírus. As ações foram ajuizadas pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT ([ADI 6375](#)), Confederação Nacional dos



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH ([ADI 6377](#)), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Saúde (CNTS) e Federação Nacional dos Enfermeiros - FNE ([ADI 6380](#)). Todas elas foram distribuídas, por prevenção, ao ministro Marco Aurélio, relator de outras ações sobre a mesma matéria.

[Medidas de prevenção à Covid-19 na Justiça do Trabalho passam a vigorar por prazo indeterminado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 18/04/2020

A direção do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) editou, nesta sexta-feira (17), o [Ato Conjunto CSJT.GP.GVP.CGJT 5/2020](#) que prorroga, por tempo indeterminado, as medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19) e estabelece que os prazos processuais no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus voltem a fluir normalmente a partir de 4 de maio.

[Empregado que faz troca diária de cilindros de gás receberá adicional de periculosidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/04/2020

Um empregado da General Motors do Brasil que fazia a troca de gás liquefeito da empilhadeira tem direito ao adicional de periculosidade, conforme decisão da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho. Para a relatora, ministra Delaíde Miranda Arantes, os quatro minutos de exposição diária de exposição ao risco são suficientes para configurar o potencial lesivo, especialmente considerando que o próprio trabalhador realizava o abastecimento, momento de maior possibilidade de explosão.

[Abril Verde: ações nas redes sociais valorizam os profissionais que atuam durante a pandemia da Covid-19](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/04/2020

Este ano, diante da pandemia do Coronavírus enfrentada em todo o mundo, algumas ações da Justiça do Trabalho visam agradecer aos profissionais que seguem trabalhando presencialmente no combate à Covid-19 ou para manter os serviços essenciais em funcionamento. Diante desse cenário, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) criaram a campanha “É tempo de agradecer”, que é veiculada nas redes sociais oficiais dos dois órgãos e replicada pelos perfis dos Tribunais Regionais do Trabalho.



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Uso de camiseta com logomarca de empresas não garante direito a dano moral](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/04/2020

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, por unanimidade, que um ex-caixa do Bom Preço Bahia Supermercados Ltda., em Lauro de Freitas-BA, não tem direito a indenização por danos morais por ter de usar camisetas contendo propaganda e logomarcas de produtos comercializados pela empresa. A Turma considerou que o uso do uniforme não fere o direito de imagem do empregado.

[Controles eletrônicos de frequência sem assinatura valem para checar horas extras](#)

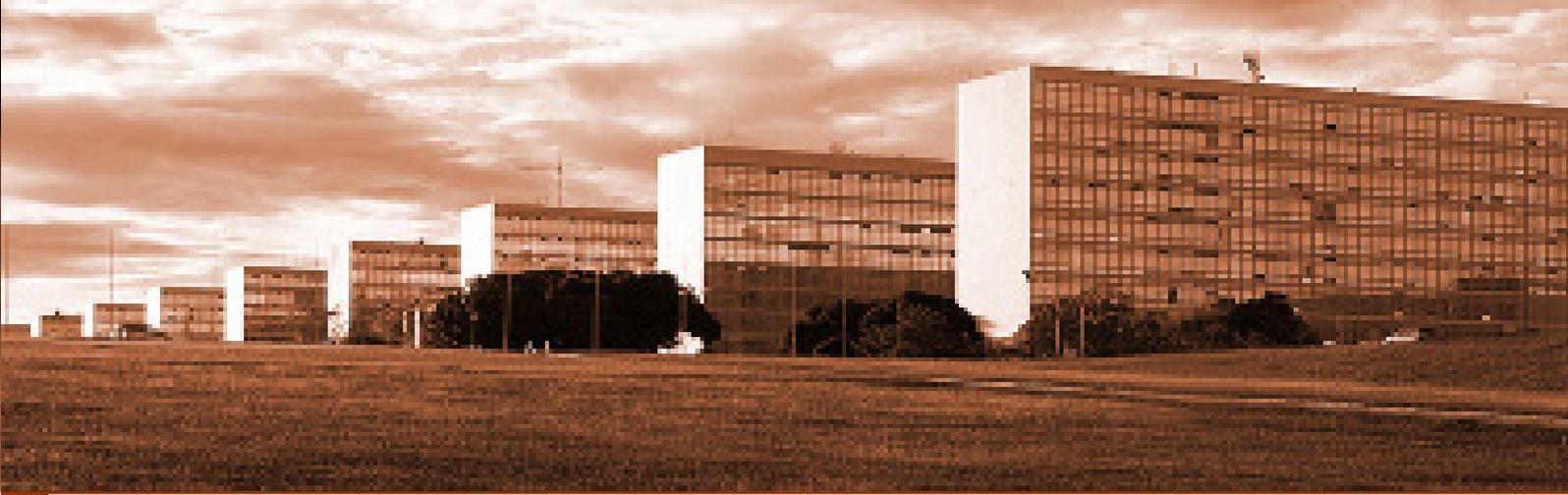
Tribunal Superior do Trabalho - 13/04/2020

Em julgamento por plenário virtual, a Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho declarou a validade dos cartões de ponto eletrônicos, sem assinatura, de uma empregada do Itaú Unibanco S.A., do Rio de Janeiro (RJ). Segundo o colegiado, não há obrigatoriedade legal de assinatura dos registros de horário. Com a decisão, os cartões de ponto serão utilizados para verificar as horas extras realizadas pela trabalhadora a serem pagas pelo banco.

[Retenção de carteira de trabalho pela empresa além do prazo normal é considerada ilegal](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/04/2020

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, em julgamento por plenário virtual, que a Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., de Lins (SP), deverá pagar indenização de R\$ 2 mil a um motorista que teve a carteira de trabalho retida além do prazo legal após a rescisão do contrato. Segundo o colegiado, a conduta do empregador foi ilícita.



Notícias do Executivo

[Inspeção do Trabalho na Bahia notifica estabelecimentos sobre medidas relacionadas à Covid-19](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 17/04/2020

A Seção de Inspeção do Trabalho da Superintendência Regional do Trabalho na Bahia, por meio da equipe de auditores fiscais do trabalho, notificou, entre os dias 03 e 15 de abril, cerca de 500 estabelecimentos no estado, para exigir a adoção de medidas emergenciais de proteção aos trabalhadores diante dos riscos de contágios relacionados à pandemia da Covid-19.

[Benefício emergencial já preservou 1,7 milhão de empregos](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 15/04/2020

O total de empregos preservados por meio de acordos firmados do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, instituído pela Medida Provisória 936/2020, até o momento é de 1.707.226. O número de acordos foi processado pela Dataprev às 15h desta quarta-feira (15).

[Saiba como recuperar login e senha do seguro-desemprego](#)

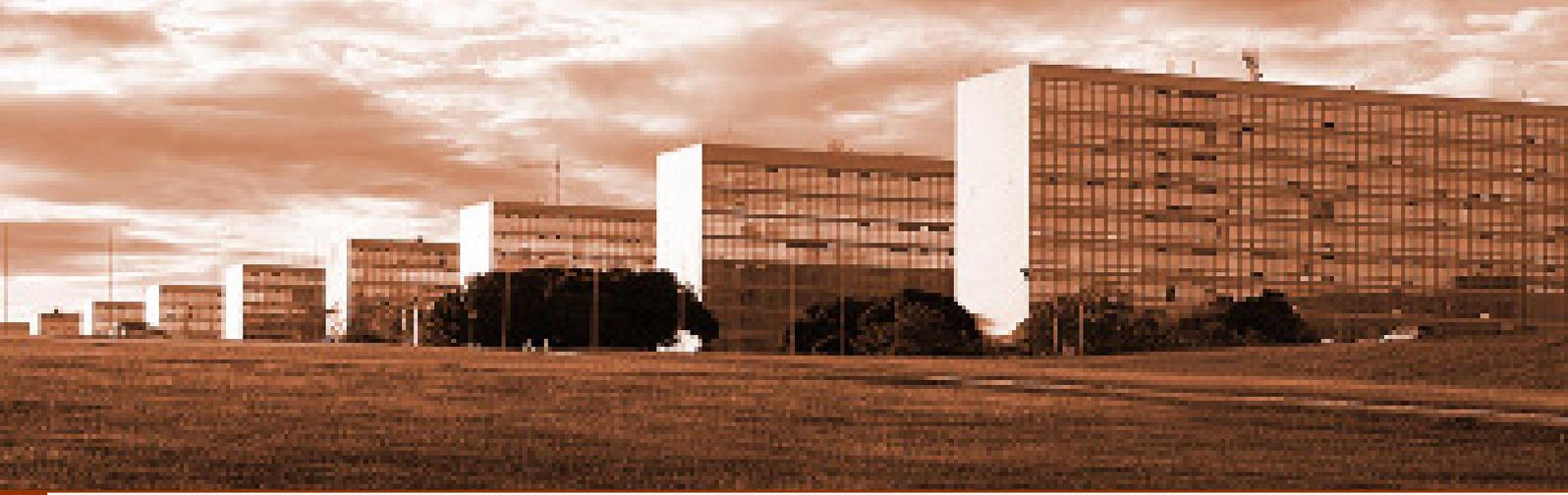
Ministério da Economia (Trabalho) - 13/04/2020

A Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia tem sido procurada por trabalhadores com dificuldades em acessar o seguro-desemprego pela internet. A maioria das reclamações são em relação ao login e senha de acesso. Trabalhadores com dificuldades para definir a senha podem acessar o [link](#), preencher os campos solicitados e enviar o formulário. A resposta com o passo a passo para a criação de uma nova senha será enviada ao e-mail cadastrado.

[Já é possível enviar atestado médico pelo Meu INSS! Veja como](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 13/04/2020

Agora o segurado já pode enviar o atestado médico diretamente pelo Meu INSS (computador ou aplicativo para celulares) para ser avaliado pela perícia. A Portaria Conjunta 9.381, que permite o início do



Notícias do Executivo

procedimento, foi publicada nesta terça-feira (7), no Diário Oficial da União. Entre outras medidas, a Portaria permite também a antecipação no valor de R\$1.045 para segurados que solicitarem o auxílio-doença. Se já usa o aplicativo, basta baixar a atualização que já está disponível. Caso não tenha o App, basta baixar. Disponível para Android e iOS. [Confira o passo a passo para entender como fazer!](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT saúda resolução da Comissão Interamericana de Direitos Humanos](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/04/2020

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) divulgou a Resolução n. 1/2020, sobre Pandemia e Direitos Humanos nas Américas. O documento foi elaborado no intuito de que as medidas adotadas pelos Estados com o objetivo de conter o vírus Covid-19 tenham como eixo central o pleno respeito aos direitos humanos. O Ministério Público do Trabalho (MPT) saúda a CIDH pela elaboração da [Resolução n. 1/2020](#), uma vez que estabelece parâmetros para a proteção dos direitos humanos – e, dentre eles, o direito do trabalho - no continente americano em um grave momento de disseminação do vírus Covid-19.

[MPT notifica 13 construtoras e pede medidas de proteção de trabalhadores frente ao coronavírus](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/04/2020

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) encaminhou notificação recomendatória a 13 empresas do setor de construção civil, cobrando a adoção de medidas que garantam a saúde e segurança de seus trabalhadores e dos terceirizados contratados durante a pandemia do novo coronavírus. As atividades de construção civil, desde que não impliquem em atendimento ao público, estão liberadas pelo Decreto 7.868/2020 da Prefeitura de Cuiabá, publicado em 4 de abril.

[MPT ajuíza ação contra a União para garantir a legalidade na revisão de normas de saúde e segurança do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/04/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ajuizou ação civil pública contra a União para que alterações em normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho (NRs) passem a respeitar a legislação. Entre as propostas de revisão apresentadas pela União neste ano, encontram-se a alteração dos serviços de medicina do trabalho e a extinção da insalubridade por agentes biológicos.



Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Violações trabalhistas relacionadas à Covid-19 motivam mais de 7500 denúncias ao MPT](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/04/2020

O Ministério Público do Trabalho brasileiro já registra um total de 7565 denúncias de violações trabalhistas relacionadas à Covid-19, desde o início da pandemia. O número contabilizado na tarde desta segunda-feira, 13 de abril, é 30,2% maior do que o último balanço de denúncias recebidas pela instituição, que ultrapassava 5.800 no dia 3 de abril.

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 905: SINAIT trabalha pela derrubada e ou modificação do texto desde a sua publicação, em novembro de 2019](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 18/04/2020

A matéria cria o Contrato Verde e Amarelo, que reduz direitos dos trabalhadores, e altera artigos da CLT que engessam a atuação dos Auditores-Fiscais do Trabalho. Por exemplo, torna a dupla visita uma regra e impede a aplicação de autos de infração em praticamente todas as áreas da fiscalização, especialmente na segurança e saúde no trabalho.

[MP 905 – Presidente do Senado retira matéria da pauta desta sexta-feira, 16 de abril](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 17/04/2020

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), retirou da pauta de votação desta sexta-feira, 17 de abril, a Medida Provisória – MP 905/2019. O Senado tem que apreciar o texto votado na Câmara até o dia 20 de abril, data em que perderá a validade.

[MP 905: Entidades sindicais se articulam em conjunto contra a aprovação no Senado](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 16/04/2020

Representantes de cerca de 30 centrais sindicais e entidades sindicais, entre elas o SINAIT, e senadores da República se reuniram na manhã desta quinta-feira, 16 de abril, para discutir a iminente votação da Medida Provisória – MP 905/2019. A MP institui o contrato Verde e Amarelo que, a pretexto de criar mais empregos, retira e reduz direitos trabalhistas. Além disso, engessa a ação dos Auditores-Fiscais do Trabalho, especialmente no que diz respeito à fiscalização e atuação de irregularidades na área de segurança e saúde no trabalho.

[Criado comitê regional da Inspeção do Trabalho para crise da Covid-19 em São Paulo](#)

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/04/2020

A Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo – SRT/SP criou o Comitê Regional da Inspeção do Trabalho para Crise da Covid-19 no Estado de São Paulo. A constituição do comitê ocorreu no dia 8 de abril, por meio do [OFÍCIO CIRCULAR SEI nº 1200/2020/ME](#). O objetivo do comitê é facilitar a comunicação entre as Seções de Fiscalização e de Segurança e Saúde no Trabalho e a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho - SIT, bem como entre a Inspeção do Trabalho e a sociedade durante o período de calamidade pública no âmbito do Estado de São Paulo.

eSocial

Notícias do e-Social

[Dados do eSocial substituem RAIS ano base 2019 para empresas dos grupos 1 e 2 de obrigados](#)

Portal eSocial - 14/04/2020

O eSocial veio para reduzir o número de obrigações dos empregadores ao mesmo tempo que em que aprimora a qualidade dessas informações prestadas. No calendário de substituições está a RAIS - Relação Anual de Informações Sociais. Criada em 1975, a RAIS possui as informações necessárias para estudos estatísticos do mercado de trabalho, além de ser a base de dados utilizada para identificar os trabalhadores com direito ao Abono do PIS/PASEP. A partir deste ano, as empresas dos grupos 1 e 2 de obrigados ao eSocial não mais precisam prestar as informações utilizando o sistema da RAIS (GD RAIS). Os dados já inseridos no eSocial é que serão utilizados.



Outras Notícias

[Pandemia justifica que acordo trabalhista tenha condições alteradas, diz juíza](#)

Consultor Jurídico - 18/04/2020

A crise econômica causada pela pandemia do novo coronavírus enquadra-se no conceito de caso fortuito e força maior. Assim, é justificável que termos de acordos trabalhistas sejam alterados. Foi com base nesse entendimento que a juíza Amanda Sarmento Gakiya Walraven, da Vara do Trabalho de Mococa (SP), decidiu fixar novas condições para o pagamento de parcelas oriundas de um acordo trabalhista.

[Senado retira MP trabalhista da pauta e projeto perde validade na segunda-feira](#)

Consultor Jurídico - 17/04/2020

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), retirou da pauta desta sexta-feira (17/4) a votação do projeto que cria o programa de contrato de trabalho Verde e Amarelo. Caso a medida provisória não seja votada até segunda-feira (20/4), perderá a validade.

[Por calamidade pública, juíza desbloqueia contas bancárias de universidade](#)

Consultor Jurídico - 16/04/2020

A 75ª Vara do Trabalho de São Paulo suspendeu a execução de sentença contra o Instituto de Educação e Ciência de São Paulo e a Universidade Brasil. Além disso, concedeu tutela de urgência para determinar o desbloqueio dos valores que haviam sido penhorados por meio do sistema Bacenjud após o CNJ e o próprio TRT-2 terem suspenso os prazos processuais devido à pandemia de coronavírus.



Atos Normativos

[PORTARIA CONJUNTA INSS Nº 5, DE 9 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 14/04/2020 Seção I Pág. 31) - Comunica para cumprimento a decisão judicial proferida na Ação Civil Pública-ACP nº 5012756-22.2015.4.04.7100/RS, determinando ao INSS que deixe de reconhecer a perda da qualidade de segurado, quando devidamente comprovada a incapacidade do segurado na data do óbito ou no período de graça e desde que presentes os demais requisitos legais, para a concessão do benefício de pensão por morte.

[PORTARIA CONJUNTA INSS Nº 6, DE 9 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 14/04/2020 Seção I Pág. 32) - Comunica para cumprimento a suspensão da decisão judicial proferida na Ação Civil Pública-ACP nº 5000702-09.2010.4.04.7000-PR, que determinou ao INSS a realização de perícias médicas necessárias à concessão de benefícios por incapacidade previdenciários e assistenciais no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar do requerimento, devendo ser concedido o benefício, com base em documento médico (Atestado Médico), independentemente da realização de perícia médica, em caso de não observância desse intervalo, se preenchidos os demais requisitos.

[PORTARIA CONJUNTA INSS Nº 7, DE 9 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 14/04/2020 Seção I Pág. 32) - Estabelece orientações para o cumprimento provisório de sentença da Ação Civil Pública nº 5031617-51.2018.4.04.7100/RS, que determinou ao INSS que passe a aceitar, para todos os fins de reconhecimento de direitos de benefícios e serviços previdenciários (tempo de contribuição, carência, qualidade, etc), de acordo com cada categoria de segurado obrigatório, trabalho comprovadamente exercido na categoria de segurado obrigatório de qualquer idade, exceto o segurado facultativo, bem como, devem ser aceitos os mesmos meios de prova exigidos para o trabalho exercido com a idade permitida.

[PORTARIA SEPRT Nº 9.384, DE 6 DE ABRIL DE 2020](#) (*) (DOU de 15/04/2020 Seção I Pág. 34) - Altera a redação da Norma Regulamentadora nº 28 - Fiscalização e Penalidades. (Processo nº 19966.100270/2019-58).

[ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO RFB Nº 14, DE 13 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 15/04/2020 Seção I Pág. 41) - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados para o preenchimento da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP) nos casos em que especifica;



Atos Normativos

[RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 ABRIL DE 2020](#) (DOU de 16/04/2020 Seção I Pág. 54) - Ficam interrompidos os pagamentos de cotas e rendimentos no Fundo PIS-PASEP a partir de 01 de maio de 2020;

[LEI Nº 13.989, DE 15 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 16/04/2020 Seção I Pág. 01) - Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2).

[PORTARIA INSS Nº 295, DE 15 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 16/04/2020 Seção I Pág. 59) - Dispõe sobre o atendimento de beneficiários segurados especiais em razão da pandemia do coronavírus (COVID-19);

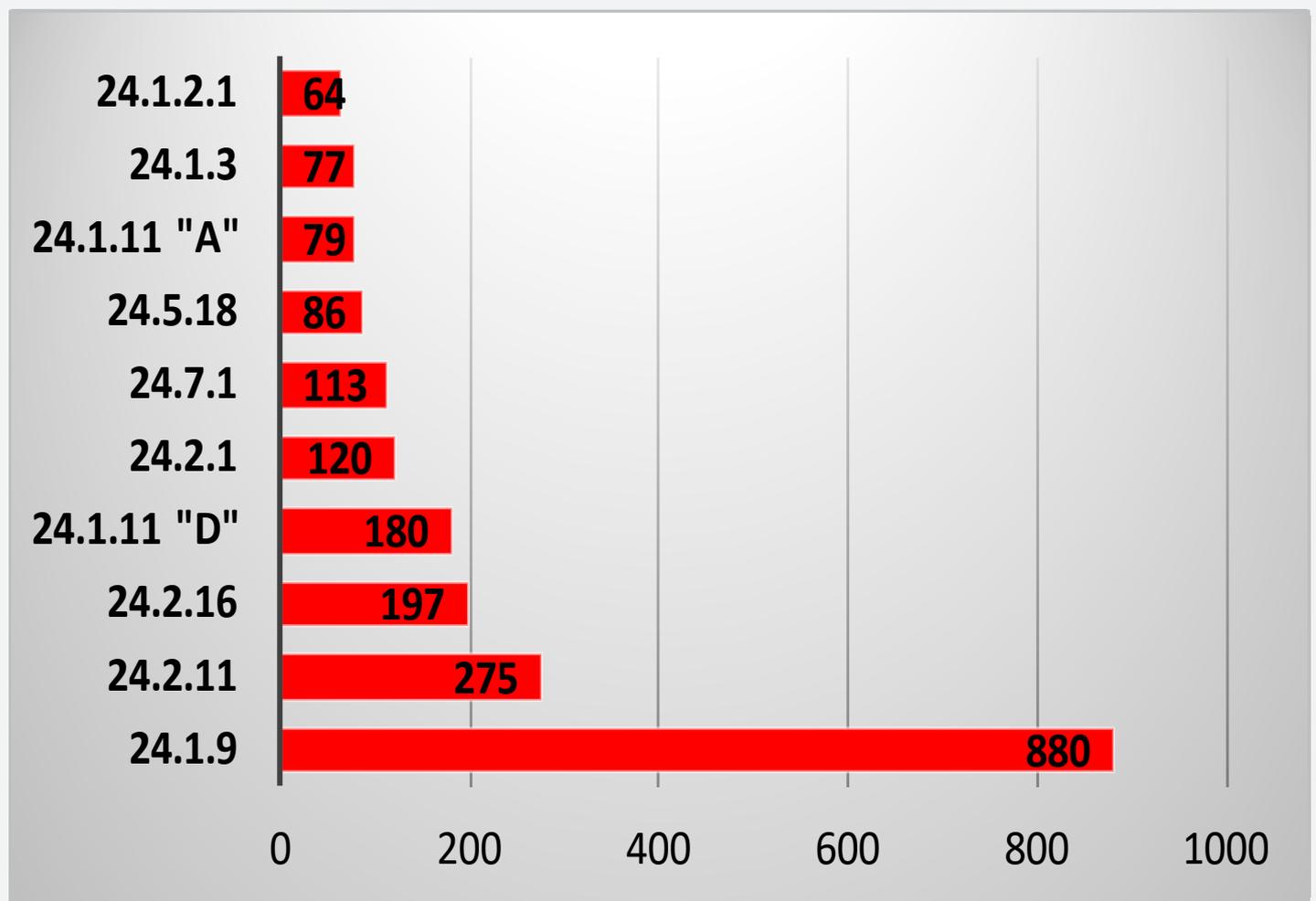
[PORTARIA CONJUNTA INSS Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 16/04/2020 Seção I Pág. 59) - Cria novos serviços nos canais remotos de atendimento do INSS relativos aos Acordos Internacionais e dá outras providências;

[PORTARIA CONJUNTA INSS Nº 10, DE 16 DE ABRIL DE 2020](#) (DOU de 17/04/2020 Seção I Pág. 27) - Torna sem efeitos a Portaria Conjunta nº 9/DIRBEN/DIRAT/INSS, de 15 de abril de 2020;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Irregular (Autuação) : É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

24.1.9. O lavatório deverá ser provido de material para a limpeza, enxugo ou secagem das mãos, proibindo-se o uso de toalhas coletivas.

24.2.11. Nas atividades e operações insalubres, bem como nas atividades incompatíveis com o asseio corporal, que exponham os empregados a poeiras e produtos graxos e oleosos, os armários serão de compartimentos duplos.

24.2.16. É proibida a utilização do vestiário para quaisquer outros fins, ainda em caráter provisório, não sendo permitido, sob pena de autuação, que roupas e pertences dos empregados se encontrem fora dos respectivos armários.

24.1.11. Os banheiros, dotados de chuveiros, deverão:
d) ter portas de acesso que impeçam o devassamento, ou ser construídos de modo a manter o resguardo conveniente;

24.2.1. Em todos os estabelecimentos industriais e naqueles em que a atividade exija troca de roupas ou seja imposto o uso de uniforme ou guarda-pó, haverá local apropriado para vestiário dotado de armários individuais, observada a separação de sexos.

24.7.1. Em todos os locais de trabalho deverá ser fornecida aos trabalhadores água potável, em condições higiênicas, sendo proibido o uso de recipientes coletivos. Onde houver rede de abastecimento de água, deverão existir bebedouros de jato inclinado e guarda protetora, proibida sua instalação em pias ou lavatórios, e na proporção de 1 (um) bebedouro para cada 50 (cinquenta) empregados.

24.5.18. As camas poderão ser de estrutura metálica ou de madeira, oferecendo perfeita rigidez.

24.1.11. Os banheiros, dotados de chuveiros, deverão:
a) ser mantidos em estado de conservação, asseio e higiene;

24.1.3. Os locais onde se encontrarem instalações sanitárias deverão ser submetidos a processo permanente de higienização, de sorte que sejam mantidos limpos e desprovidos de quaisquer odores, durante toda a jornada de trabalho.

24.1.2.1. As instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico